TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)

ATA DA REUNIÃO GAEPE – 12/02/2021

(23ª REUNIÃO)

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Ivonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Alexandre Jesus de Queiroz Santiago, Promotor de Justiça, Titular da Promotoria de Educação de Porto Velho/RO, representante do Ministério Público do Estado (MPE/RO); Isaías Fonseca Moraes, Desembargador, representante do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RO); Sérgio Muniz Neves, Defensor Público, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); Marcos Giovane Ártico, Promotor de Justiça, Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF do MPE/RO; Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO); Vilson Sena de Macedo, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO); Flávia Serrano, Coordenadora Estadual da Covid-Influenza, representante da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (AGEVISA/RO); Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (SINEPE/RO); Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Articule, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições, relacionadas ao tema do ensino remoto e do retorno às aulas presenciais.

1) O que foi discutido

Inicia-se a reunião quinzenal com agradecimentos feitos pelo Presidente Paulo Curi, indicando a presença da Prof.ª Rita Paulon, do grupo de pais articulados pela educação, dos representantes da SEDUC e demais autoridades – representantes do SINTERO e prefeitos presentes.

A Dra. ALESSANDRA começa descrevendo o objetivo do GAEPE, o apoio oferecido ao gestor público para o fortalecimento de uma governança mais eficaz, que busca direcionar ao público-alvo – crianças, adolescentes e profissionais da educação – as providências pertinentes. Destaca a criação do grupo em duas frentes: garantir que as escolas e as atividades educacionais chegassem aos alunos no contexto da pandemia, e apoiar/auxiliar os gestores nessa tarefa, inclusive no retorno das aulas. Ademais, aponta que o Estado de Rondônia, assim como todo o país, encontra-se em situação sensível, e com o novo Decreto Estadual, o retorno das aulas presenciais nas escolas estaduais está sem previsão e a volta das redes municipais depende dos Planos de Contingência dos municípios, de acordo com a avaliação das autoridades sanitárias. Quanto às instituições particulares, possuem aval para o retorno, independentemente da fase do Plano adotada pelo município, mas respeitando a escalonamento previsto (30% da capacidade) e demais orientações.

Foram destacados os três pontos da pauta do dia:

1. Ouvir e conversar com as mães presentes e demais participantes sobre o retorno das aulas presenciais;

2. Informes sobre a Nota Técnica que está sendo elaborada para priorização da vacinação dos professores e profissionais da educação; e

3. A ampliação da conectividade nos municípios, e as dificuldades enfrentadas.

A palavra é passada à Sra. IARA, representante do Movimento Pais pela Educação, que explica um pouco de como se deu o movimento, destacando a preocupação crescente com a educação no contexto da pandemia, inclusive com o apoio ao retorno presencial, desde que existente a liberação da vigilância

sanitária. O grupo é formado por pais de alunos em redes públicas e privadas. Salienta que o Movimento iniciou o ano de 2021 com a intenção de cobrar dos poderes públicos soluções mais concretas relacionadas à educação, uma programação de retorno viável para a retomada presencial. Enfatiza o objetivo da retomada para todas as crianças, em ambas as redes, aplicando os protocolos sanitários que garantem a segurança de todos.

Traz à baila as dificuldades psicológicas sofridas pelas crianças, os abusos noticiados das mais diversas formas dentro das casas, o que aconteceu também por conta da interrupção das aulas presenciais. Informa que tentaram entrar em contato com o Governador do Estado para discussão sobre o ensino público, mas não conseguiram. Entretanto, em reunião com o Prefeito de Porto Velho, foi noticiado por ele que 40% das crianças vêm estabelecendo conexão com a internet. A preocupação do Movimento se deu pelos outros 60% sem acesso. Também levantou a questão da qualidade e acesso oferecido, da participação real dos alunos. Quanto às crianças da zona rural, informou-se que elas não possuem conexão com a internet, sem previsão de quando venham a ter. Também destacou o preparo dos pais para o acompanhamento das aulas, a alfabetização deles para apoiar o filho.

O Movimento ainda preconiza que a educação seja declarada como serviço essencial, e caso haja a necessidade de fechá-la posteriormente, que seja de forma escalonada, mantendo o sistema híbrido. Pondera, ainda, sobre todos os seguimentos da sociedade estarem em pleno funcionamento, mas as escolas não, e enfatiza a não vinculação da vacinação dos professores com o retorno das aulas. Procuram, acima de tudo, transparência dos órgãos quanto a uma previsão, um planejamento para a retomada presencial ocorra.

A Dra. ALESSANDRA pontua, na fala da Sra. Iara, o alinhamento com o que vem sendo discutido desde o início pelo gabinete. Informa ainda a ação conjunta entre o TC e o MP para levantamento das medidas adotadas e as dificuldades enfrentadas pelos municípios, buscando um maior apoio do Estado para com eles.

Com a fala o Prof. LUIZMAR, representando o *Sindicato dos Professores de Instituições* de Ensino Superior *Privadas do Estado – SINPRO. Ele informa que a maioria dos professores não acha interessante o retorno presencial na fase do Plano em que o Estado de encontra agora (fase 1). Destaca a* elaboração, feita pelo Sindicato, de um protocolo com base nas Notas Técnicas da AGEVISA e GAEPE, trazendo de forma completa todos os protocolos a serem adotados em situações que venham a ocorrer, conjuntamente ao Sindicato patronal. Destaca a criação de um canal de comunicação com os representados do sindicato, para ajudar na efetiva adoção das medidas previstas no protocolo. Prevê o retorno quando os municípios atingirem a fase 3 para o ensino privado superior: uma canalização, mediante as regras do protocolo elaborado, dos professores que querem voltar e quem quer se manter apenas no ensino remoto. Quanto ao ensino médio e fundamental, informa que já retornaram, seguindo todos os protocolos e medidas visados. Um dos pontos para que essa volta ocorresse foi o índice de demissões relacionado à pandemia – mais de 20% apenas professores.

O Sr. JOSE AUGUSTO, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado - SINTERO, traz para a reunião o posicionamento da entidade, explicando que, no ano passado, houve o planejamento de retorno das aulas presenciais junto à SEDUC. Também manifestam insatisfação com as aulas remotas, pois percebem a perda da qualidade desse ensino, das dificuldades dos docentes. Entretanto, no início do ano de 2021, houve outro aumento dos casos de Covid, colapsando o sistema de saúde de Rondônia. Portanto, o Sindicato se posiciona no sentido de, já que a educação é essencial, que os trabalhadores em educação sejam priorizados para vacinação. Após essa vacinação, poderão novamente se reunir para conversar sobre o retorno, que também não deve ocorrer na fase 1 do Plano de Contingência, mas quando o Estado demonstrar a diminuição dos casos de contaminação e preparação para receber os casos que necessitem.

A Sra. LUANDA, também representante do Movimento Pais pela Educação, se manifesta no sentido da vacinação como um todo, mas, em vez de priorizar os professores, que essas pessoas se encaixem nos grupos de prioridades já existente na lista do Ministério da Saúde. Os profissionais da educação que não se encaixarem nesses grupos poderiam retornar suas atividades de forma escalonada, com todos os protocolos sendo seguidos. Dar maior atenção na fiscalização sanitária, e não condicionar o retorno à vacinação, mas voltar de forma escalonada, mesmo que na fase 1.

A Dra. FLÁVIA pede a palavra para informar a descoberta de uma nova variante do vírus no país, além da descoberta de novas linhagens no mundo. Que apesar de estarmos em uma fase delicada, estaremos sempre nela. Destaca a publicação da Nota n. 05, da Vigilância Epidemiológica, para a educação, e Nota Técnica n. 53, escrita pela Vigilância Sanitária, para demonstrar o apoio ao retorno das aulas, desde que os protocolos sejam seguidos. Fala que 15 países retornaram à abertura de escolas em fases de pico da pandemia, controlando e mantendo a educação de acordo com o seguimento dos protocolos. Afirma ainda que se houver a necessidade de paralisar todas as áreas, que parem; caso contrário, como vem acontecendo, com os comércios e demais setores abertos, que as escolas também retornem e se mantenham.

O Sr. AUGUSTO PELLUCIO fala sobre os protocolos adotados nas escolas privadas. Que a retomada do ensino superior pode ser adiada, mas é importante voltar com a educação escolar das crianças, pois sofrem mais com o ensino remoto. Sugere ao Gabinete que seja passada maior orientação para a população a respeito da retomada das aulas, principalmente das redes públicas, já que a conscientização para que os protocolos sejam seguidos deve vir desde uma predisposição em casa. Ressalta a facultatividade das crianças no envio para as escolas, que ocorre de forma gradativa, com aula de reforço e recuperação para os alunos. Ainda, destaca que o percentual de pais que querem que o ensino presencial retorne vem aumentando.

O Dr. MARCOS GIOVANE dispõe que, apesar de não haver um retorno imediato, o planejamento deve ser feito, parâmetros devem ser firmados. Observa que, apesar de não estarem em salas de aulas, os profissionais da educação realizam outras atividades sociais, como frequência em feiras e academias etc. Frisa que o Gabinete sempre defendeu o retorno de forma segura, seguindo todos os protocolos, revezando os profissionais e mantendo os que apresentam comorbidades no ensino remoto. Também propõe a retomada sem se condicionar à vacinação.

O Dr. ALEXANDRE JÉSUS destaca que todos os presentes pensam na educação como um serviço essencial, sendo o ponto de divergência o nível de segurança necessária e o momento para que o retorno ocorra. Salienta a importância da participação dos Sindicatos na reunião, pois alinha os interesses e opiniões para que não ocorram desmobilizações no setor, gerando greves e prejudicando o processo da retomada. É primordial desenhar uma solução, apesar dos imprevistos. Reforça a intenção de se reunir com a Casa Civil para discutir soluções, seguir com o diálogo, dando um passo de cada vez, sincronizado. Não adianta o retorno das atividades presenciais e ser mantido um clima de tensão entre os professores, um ambiente psicológico ruim, envolto em possíveis greves.

O Prefeito do município de Urupá, Sr. CÉLIO DE JESUS, expõe a intenção dos prefeitos para que ocorra a retomada das aulas presenciais, mas informa as dificuldades existentes, como a falta de funcionários para repor o quadro que deve ser afastado por comorbidades/grupo de risco (30 a 35%), o transporte escolar (prejuízo advindo da paralização), a vacinação dos profissionais de educação, etc. Possuía a intenção de retorno para o dia 22, o que não será possível por conta do aumento da contaminação e superlotação dos hospitais. Está sendo realizado um levantamento com as pessoas que não poderão retornar às aulas presenciais.

O Presidente PAULO CURI destaca que o GAEPE está empenhado e lutando pelos alunos, sempre discutindo os problemas decorrentes da pandemia na educação. Destaca a ineficácia de uma judicialização dos temas abordados, visto que as políticas públicas são mais bem resolvidas e planejadas através de um diálogo entre as instituições, preservando-se as competências de cada uma.

O Secretário SUAMY pede a palavra e informa que, em reunião com o Governador, a SEDUC foi direcionada a atuar no retorno dos 3°s anos do ensino médio e 9°s anos do ensino fundamental, sendo abrangido, conforme a liberação das vacinas, o restante das séries. Para isso, foram criadas, dentro da SEDUC, duas frentes de atuação para as redes estaduais e municipais, que partem de três situações: quando, como e quem retornará. Aproveita para salientar que a comunicação para apoio dos municípios continua, juntamente com as tratativas a respeito dos ônibus escolares. A contratação de mais profissionais se encontra em estágio de lançamento de edital. Ainda, há uma negociação em andamento, com os municípios, para que haja o retorno gradativo, começando com 25 a 30% da capacidade das salas, obedecendo todos os protocolos. Frisa a fala anteriormente explanada pelo Dr. Marcos, a respeito de os profissionais da educação estarem participando de outros programas sociais, mas serem contra o retorno

presencial. Informa que cada caso será analisado, e quem puder retornar, deve retornar; quem não puder, manter-se-á no sistema remoto. A distribuição dos insumos está acontecendo, e os municípios irão receber todo o material a eles destinados. Assim que a distribuição chegar a todos os municípios, o retorno será efetivado, e se houver greves, ela será enfrentada.

O Sr. ISMAR pede a palavra para enfatizar que não há comprovações no mundo de que a abertura das escolas contribuiu para o aumento dos casos de Covid. O retorno visado é comprometido com a proteção de todos. No que se refere à vacinação dos profissionais da educação, a prioridade e o cuidado com o retorno não é apenas para proteger os envolvidos, mas fundamentalmente amenizar os prejuízos de socialização da saúde mental dos jovens e adolescentes.

Avançando para o próximo ponto da pauta, restam dois informes. Um se refere ao diagnóstico da conectividade, discutido na última reunião, sobre como o Estado pode apoiar os municípios que mais precisam de auxílio. O questionário será disponibilizado para esse levantamento, com a ajuda da UNDIME e UNCME, em todas as redes; esse ponto de pauta retornará na próxima reunião, para aprovação do questionário.

Na sequência, o ponto referente à priorização da vacinação dos professores e profissionais da educação. O Dr. ALEXANDRE explica de forma breve a Nota Técnica que será disponibilizada, após devidas assinaturas, para todos os gestores do Estado e municípios a respeito do tema. Ele observa que, conforme a linha defendida, a vacinação não é uma condicionante ao retorno, mas um elemento importante, imprescindível para o processo da retomada. O objetivo da Nota é dar um amparo jurídico maior para as autoridades do Estado, dentro de um ambiente de diálogo.

A Dra. ALESSANDRA reafirma a importância da priorização da vacina para os profissionais da educação, pois apesar de estarem inseridos no 3° grupo prioritário do Plano Nacional de Imunização, é de extrema relevância que haja essa priorização; como etapa preparatória, é essencial que os gestores identifiquem dentro do próprio grupo desses servidores a "prioridade dentro da prioridade" – linha de frente das atividades escolares, que trabalham com grupos populacionais de maior vulnerabilidade (indígenas e ribeirinhos), em função da idade e comorbidades. Se a educação é um serviço essencial, então que os trabalhadores também sejam priorizados. Por fim, comunicou que a próxima reunião ocorrerá na data de 26 de fevereiro de 2021.

2) O que ficou deliberado

Ficou marcada nova reunião para o dia 26/02/2021, às 14h (quatorze horas), para tratar dos seguintes pontos:

1. Validação do questionário a ser enviado acerca da conectividade, para identificar as dificuldades dos professores com relação à internet e equipamentos.

2. Outros itens de pauta a serem informados oportunamente.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.

Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE**, **Analista**, em 20/04/2021, às 11:55, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e do art. 4º da Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tce.ro.gov.br/validar, informando o código verificador **0289709** e o código CRC **0DCEC85F**.